GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RELATÓRIO ANUAL

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

2008

SUMÁRIO

1. Composição do Conselho..... 03
2. Apresentação..... 05
3. Síntese das Atividades Desenvolvidas em 2008..... 06
3.1 Evolução das Entradas de Recursos no CERF por Espécie..... 06
3.2 Movimentação dos Recursos no CERF..... 06
3.3 Quantidade de Recursos Julgados por Espécie..... 07
3.4 Resumo Geral de Recursos Julgados..... 07
3.5 Índice de Participação Relativo ao Total de Recursos Julgados - Gráfico 01..... 08
3.6 Valores dos Créditos Tributários Relativos aos Recursos Julgados por Espécie..... 08
3.7 Recursos Julgados - Evolução Anual de 2004 a 2008..... 09
3.8 Evolução da Quantidade de Recursos Julgados por Ano - Gráfico 02..... 09
3.9 Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Primeira Câmara..... 10
3.10 Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Segunda Câmara..... 10
3.11 Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão – Pleno (Recursos de Revista) 11
3.12 Total de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão..... 11
3.13 Quantidade de Acórdãos por Quórum de Votação..... 12
3.14 Comparativo Anual de Recursos Julgados - Período de 2004 a 2008..... 12
3.15 Quantidade de Sessões de Julgamento Realizadas..... 13
3.16 Comparativo Anual de Sessões de Julgamento Realizadas..... 13
3.17 Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Primeira Câmara..... 14
3.18 Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Segunda Câmara..... 14
3.19 Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Pleno (Recursos de Revista)..... 14
3.20 Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Suplentes..... 15
3.21 Índice de Participação dos Conselheiros no Total de Recursos Distribuídos - Gráfico 03..... 16
3.22 Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual..... 17
3.23 Índice de Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual - Gráfico 04..... 17
4. Anexos..... 18
4.1 Organograma do CERF..... 19
4.2 Fluxograma do CERF..... 20
4.3 Missão e Atribuições do CERF..... 21
4.4 Organograma da Secretaria Executiva do CERF..... 22
4.5 Assessoria..... 23

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

João Antônio Nunes da Silva
Presidente

João Camara Sete Neto
Vice-presidente

CONSELHEIROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO
Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda
Adaíso Fernandes Almeida[1]
Bruno Pessanha Negris[2]
Elineide Marques Malini[3]
Manoel Lucio Alves Fernandes[4]
Marco Antônio Fontana

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo
Wagner Domingos Sancio

Representante da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo
Henrique Ângelo Denicoli Júnior

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
Karla Renata Braz de Assis

REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO
Francisco Augusto Teixeira de Carvalho[5]
Douglas Gianordoli Santos Júnior[6]

CONSELHEIROS DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO
Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda
José Adênis Pessin
João Camara Sete Neto
Renato Duia Castello

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo
Marco Antônio Ferreira Barcellos

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo
Hiara Castro Santos

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
Eduardo Antônio Santos Sampaio

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO
Adriano Frisso Rabelo

Notas:
[1] Nomeado pelo Decreto N.° 718-S, de 29/07/08, na vaga decorrente da renúncia do conselheiro Bruno Pessanha Negris;
[2] Renunciou ao mandato conforme Edital N.° CERF - 002, de 15/07/08, publicado no DOE de 16/07/08;
[3] Renunciou ao mandato conforme Edital N.° CERF - 003, de 30/10/08, publicado no DOE de 11/11/08;
[4] Nomeado pelo Decreto N.° 1264-S, de 28/11/08, na vaga decorrente da renúncia da conselheira Elineide Marques Malini;
[5] Excluído pela Instrução de Serviço N.° CERF - 002, de 25/11/08;
[6] Incluído pela Instrução de Serviço N.° CERF - 002, de 25/11/08, em substituição ao Dr. Francisco Augusto Teixeira de Carvalho.

CONSELHEIROS SUPLENTES

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda
Cézar Romeu Souza de Lacerda
Francisco de Assis Schwan
José dos Santos Cruz

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo
Dory Edson Marianelli

Representantes da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo
Tarcísio Alves Rodrigues Pereira[1]
Bruno Moscon Imperial[2]

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
Waldeque Garcia da Silva

REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - SUPLENTES
Santuzza da Costa Pereira Azeredo
Rodrigo Rabello Vieira[3]
Luís Carlos de Oliveira[4]

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

Marialva Vianna Gastalho Amaral - Chefe de Secretaria
José Roberto de Oliveira - Consultor do Executivo - 1.ª Categoria
Ângela Maria Zottich Pereira - Auxiliar Administrativo[5]
Cíntia Lazara do Carmo Pereira – Estagiária[6]
Eduardo Müller Marroque – Estagiário[7]
Ildeu Lopes Machado - Técnico Organizacional Jr.
Ivone Rangel de Andrade Canhamaque - Auxiliar Administrativo
Jéssica Tesch Gonçalves - Estagiária
Jacenira Alves de Souza - Auxiliar Administrativo
Regina Maria Gomes da Vitória – Técnico Organizacional Jr.[8]
Rosane Maria Braga dos Santos - Oficial Administrativo

Notas:
[1] Excluído pelo Decreto N.° 180-S, de 17/03/08;
[2] Nomeado pelo Decreto N.° 180-S, de 17/03/08, em substituição ao conselheiro Tarcísio Alves Rodrigues Pereira;
[3] Excluído por ter sido nomeado Procurador Geral do Estado;
[4] Incluído pela Instrução de Serviço N.° CERF - 002, de 25/11/08, em substituição ao Dr. Rodrigo Rabello Vieira;
[5] Aposentou-se em 31/03/2008;
[6] Rescindiu contrato em 31/05/2008;
[7] Iniciou as atividades em 01/06/2008;
[8] Iniciou as atividades em 29/07/2008.

2. APRESENTAÇÃO

Este relatório é uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF no ano de 2008.

O relatório está dividido em partes que destacam: a quantidade de recursos julgados, por espécie, nas 1.ª e 2.ª Câmaras do Conselho; um resumo geral dos recursos julgados; os índices de participação relativos ao total de recursos julgados; os valores dos créditos tributários relativos aos recursos julgados, por espécie; a evolução anual de 2004 a 2008 dos recursos julgados; a evolução da quantidade de recursos julgados por ano; a quantidade de recursos julgados por modalidade de decisão nas 1.ª e 2.ª Câmaras; o total de recursos julgados no ano; o comparativo anual dos recursos julgados de 2004 a 2008; a evolução da entrada de recursos, por espécie; a movimentação dos recursos; a quantidade de sessões de julgamento realizadas; a quantidade de recursos distribuídos por conselheiro; a participação dos conselheiros nos recursos julgados e a participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual.

Os indicadores constantes do presente relatório, se bem analisados, podem constituir-se em poderosa ferramenta de trabalho para o planejamento das atividades de administração tributária, porquanto revelam, concretamente, os aspectos positivos e negativos das ações de fiscalização e, sobretudo, da gestão do contencioso administrativo-fiscal, considerada em seu conjunto.

Registramos, com satisfação, mais uma vez, no ano de 2008, absoluta normalidade na tramitação e no julgamento dos processos administrativo-fiscais em segunda instância, conforme detalhado no presente Relatório – **nossa Prestação de Contas Anual**.

Como de costume, queremos agradecer aos membros do Conselho e à nossa equipe de servidores que sempre se empenharam nas suas tarefas, permitindo que os trabalhos se desenvolvessem a contento.

Para finalizar, não poderíamos deixar de registrar o nosso especial agradecimento ao ex-representante da Fazenda Pública, Procurador Francisco Augusto Teixeira da Carvalho, e aos ex-conselheiros Bruno Pessanha Negris, Elineide Marques Malini e Tarcísio Alves Rodrigues Pereira que atuaram, com denodado espírito público e operosidade, prestando relevantes serviços a este Conselho.

João Antônio Nunes da Silva
Presidente do CERF

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008

3.1 EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF POR ESPÉCIE

Ano	Recurso de Ofício	Recurso Voluntário	Recurso de Revista	Embargos de Declaração	Total
2004	99	219	10	01	**447**
2005	61	52	43	-	**329**
2006	66	59	-	-	**156**
2007	113	179	-	-	**125**
2008	146	109	07	-	**262**

3.2 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS NO CERF

A serem apreciados 31/12/2007	Entradas	Total	Saídas	Pendentes[1] 31/12/2008
			Recursos Julgados	
146	262	408	**325**	**83**

Nota:
[1] **Situação dos Pendentes**: diligências: 04; relatados: 29; com Procuradores: 19; apreciados e prontos para pauta: 0; com Conselheiros: 18; para distribuir: 13.

3.3 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Mês	1.ª CÂMARA			2.ª CÂMARA			PLENO	Total Geral
	De Ofício	Voluntário	Total	De Ofício	Voluntário	Total	Recurso de Revista	
Janeiro	-	-	-	15	04	19	-	**19**
Fevereiro	04	06	10	57	06	63	-	**73**
Março	08	02	10	47	02	49	-	**59**
Abril	09	02	11	10	04	14	-	**25**
Maio	04	03	07	20	04	24	-	**31**
Junho	04	05	09	10	05	15	-	**24**
Julho	04	04	08	08	-	08	-	**16**
Agosto	02	07	09	05	04	09	-	**18**
Setembro	03	02	05	03	06	09	-	**14**
Outubro	-	-	-	05	07	12	-	**12**
Novembro	04	06	10	02	03	05	-	**15**
Dezembro	01	02	03	05	06	11	05	**19**
TOTAL	**43**	**39**	**82**	**187**	**51**	**238**	**05**	**325**

Obs.: Enquanto a **2.ª CJ** julgou recursos em todos os meses, a **1.ª CJ** não julgou recursos nos meses de janeiro e outubro. Do total de 187 Recursos de Ofício julgados na **2.ª CJ**, 104 são processos de assuntos idênticos distribuídos ao mesmo conselheiro, conforme se observa nos meses de fevereiro e março. A **2.ª CJ** julgou mais Recursos de Ofício, notadamente nos meses de fevereiro e março.

3.4 RESUMO GERAL DE RECURSOS JULGADOS

Pleno	**05**
Primeira Câmara de Julgamento	**82**
Segunda Câmara de Julgamento	**238**
TOTAL GERAL	**325**

3.5 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVO AO TOTAL DE RECURSOS JULGADOS

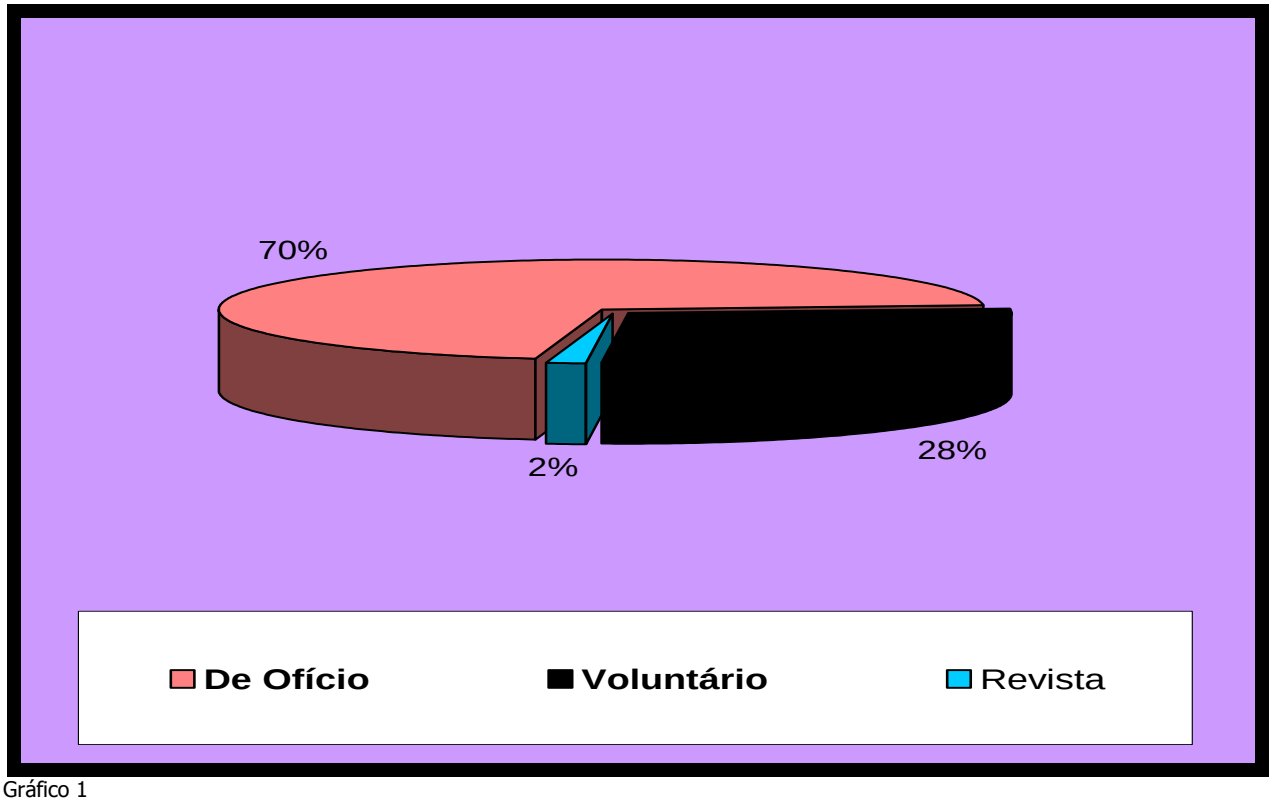


Gráfico 1

3.6 VALORES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

1 VRTE = R$ 1,8113

Ano	De Ofício	Voluntário	Revista	Total em VRTE
2008	107.130.541,561	290.552.098,8663	-	**397.682.640,4344**

TOTAL: R$ 705.725.593,26

3.7 RECURSOS JULGADOS - EVOLUÇÃO ANUAL DE 2004 A 2008

Ano	Quantidade
2004	769
2005	333
2006	151
2007	183
2008	325[1]

Obs: Nos meses de fevereiro e março houve uma entrada maior de Recursos de Ofício de assuntos idênticos.

3.8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ANO

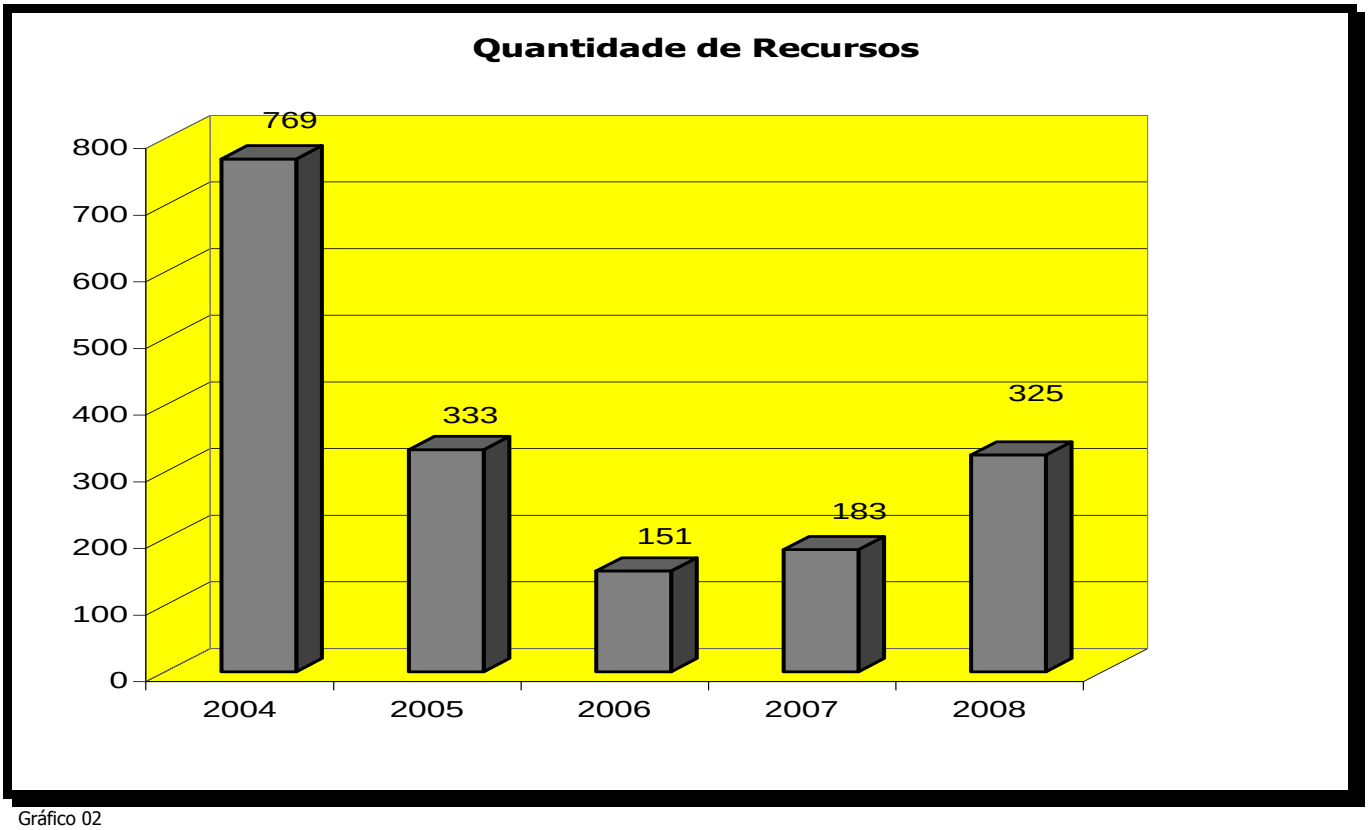


Gráfico 02

Nota:
[1] Incluídos 05 Recursos de Revista.

3.9 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO
PRIMEIRA CÂMARA

Mês	Modalidades				Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	
Janeiro	-	-	-	-	**-**
Fevereiro	07	02	01	-	**10**
Março	02	07	01	-	**10**
Abril	02	08	-	01	**11**
Maio	03	03	-	01	**07**
Junho	05	03	01	-	**09**
Julho	04	02	02	-	**08**
Agosto	07	02	-	-	**09**
Setembro	01	04	-	-	**05**
Outubro	-	-	-	-	**-**
Novembro	06	03	01	-	**10**
Dezembro	01	01	01	-	**03**
Total	**39**	**35**	**06**	**02**	**82**
%	**48**	**43**	**7**	**2**	**100**

3.10 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO
SEGUNDA CÂMARA

Mês	Modalidades				Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	
Janeiro	04	15	-	-	**19**
Fevereiro	05	56	-	02	**63**
Março	06	41	02	-	**49**
Abril	03	10	-	01	**14**
Maio	04	19	-	01	**24**
Junho	03	10	01	01	**15**
Julho	03	04	-	01	**08**
Agosto	05	02	01	01	**09**
Setembro	05	02	01	01	**09**
Outubro	05	05	01	01	**12**
Novembro	03	01	01	-	**05**
Dezembro	06	05	-	-	**11**
Total	**52**	**170**	**07**	**09**	**238**
%	**22**	**71**	**3**	**4**	**100**

3.11 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

PLENO (Recursos de Revista)

Mês	Modalidades				Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	
Janeiro	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-
Dezembro	01	-	-	04	05
Total	01	-	-	04	05
%	20	-	-	80	100

3.12 TOTAL DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

Decisões	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno *	Total	%
Subsistentes	39	52	01	92	30
Insubsistentes	35	170	04	209	63
Nulidades de Autos de Infração	06	07	-	13	4
Decisões anuladas	02	09	-	11	3
TOTAL	82	238	05*	325	100

Obs:
* Recursos de Revista.

3.13 QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS POR QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Espécies de Acórdãos	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total Geral	%
À unanimidade	68	79	-	**147**	**45**
Por maioria de votos	08	154	04	**166**	**51**
Por voto de desempate	06	05	01	**12**	**4**
TOTAL	**82**	**238**	**05**	**325**	**100**

3.14 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS

PERÍODO DE 2004 a 2008

Decisões	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Subsistentes	271	**35**	184	**56**	73	**47**	100	**54**	92	**30**
Insubsistentes	406	**53**	96	**29**	64	**44**	72	**40**	209	**63**
Nulidades de Autos de Infração	79	**10**	43	**13**	09	**6**	06	**3**	13	**4**
Decisões Anuladas	13	**2**	10	**2**	05	**3**	05	**3**	11	**3**
TOTAL	**769**	**100**	**333**	**100**	**151**	**100**	**183**	**100**	**325**	**100**

Obs.: Deve-se enfatizar que 70% dos recursos são de ofício, portanto, julgados em 1.ª Instância contrariamente ao Fisco, conforme se infere do Demonstrativo 3.3.

3.15 QUANTIDADE DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Mês	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total
Janeiro	-	02	-	**02**
Fevereiro	03	04	-	**07**
Março	04	03	-	**07**
Abril	04	02	-	**06**
Maio	03	02	-	**05**
Junho	04	04	-	**08**
Julho	04	03	-	**07**
Agosto	03	04	-	**07**
Setembro	02	03	-	**05**
Outubro	-	04	-	**04**
Novembro	04	02	-	**06**
Dezembro	01	03	01	**05**
TOTAL	**32**	**36**	**01**	**69***

Obs:
*O CERF pode realizar até 24 sessões de julgamento por mês, sendo 08 ordinárias e 04 extraordinárias, por Câmara (artigo 34, § 1.º do **RI**). Entretanto, a quantidade de processos remetida ao CERF está, no momento atual, muito aquém da sua capacidade de resposta.

3.16 COMPARATIVO ANUAL DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Ano	Antes da Reestrutura-ção do CERF	Quantidade			
		1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total
2004	48	41	43	11	**143**
2005	-	47	42	13	**102**
2006	-	34	24	08	**66**
2007	-	30	31	-	**61**
2008	-	32	36	01	**69**

3.17 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO

PRIMEIRA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Adaíso Fernandes Almeida[1]	09	2,59
Bruno Pessanha Negris[2]	07	2,01
Elineide Marques Malini[3]	21	6,03
Henrique Ângelo Denícoli Júnior	21	6,03
Manoel Lucio Alves Fernandes[4]	03	0,86
Marco Antônio Fontana	17	4,89
Karla Renata Braz de Assis	20	5,75
Wagner Domingos Sancio	25	7,18
TOTAL	**123**	**35,34%**

3.18 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO

SEGUNDA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Eduardo Antonio Santos Sampaio	19	5,46
Hiara Castro Santos	25	7,18
João Camara Sete Neto	90	25,86
José Adênis Pessin	18	5,17
Marco Antônio Ferreira Barcellos	22	6,32
Renato Duia Castello	19	5,47
TOTAL	**193**	**55,46%**

3.19 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO

PLENO (Recursos de Revista)

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Elineide Marques Malini	02	0,57
Henrique Angelo Denícoli Júnior	01	0,29
Renato Duia Castello	04	1,15
TOTAL	**07**	**2,01%**

Obs:
1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

Notas:
[1] Nomeado pelo Decreto 718-S, de 29/07/08, na vaga decorrente da renúncia do conselheiro Bruno Pessanha Negris;
[2] Renunciou ao mandato conforme Edital N.° CERF - 002, de 15/07/08, publicado no DOE de 16/07/08;
[3] Renunciou ao mandato conforme Edital N.° CERF - 003, de 30/10/08, publicado no DOE de 11/11/08;
[4] Nomeado pelo Decreto N.° 1264-S, de 28/11/08, na vaga decorrente da renúncia da conselheira Elineide Marques Malini.

3.20 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO

SUPLENTES

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Bruno Moscon Imperial[1]	-	-
Cézar Romeu Souza de Lacerda	-	-
Dory Edson Marianelli	-	-
Francisco de Assis Schwan	19	5,46
José dos Santos Cruz	05	1,44
Tarcísio Alves Rodrigues Pereira[2]	-	-
Waldeque Garcia da Silva	01	0,29
TOTAL	**25**	**7,19%**

TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS	**348**	**100%**

Obs:
1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

Notas:
[1] Nomeado pelo Decreto N.° 180-S, de 17/03/08, em substituição ao conselheiro Tarcísio Alves Rodrigues Pereira;
[2] Excluído pelo Decreto N.° 180-S, de 17/03/08.

3.21 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NO TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS

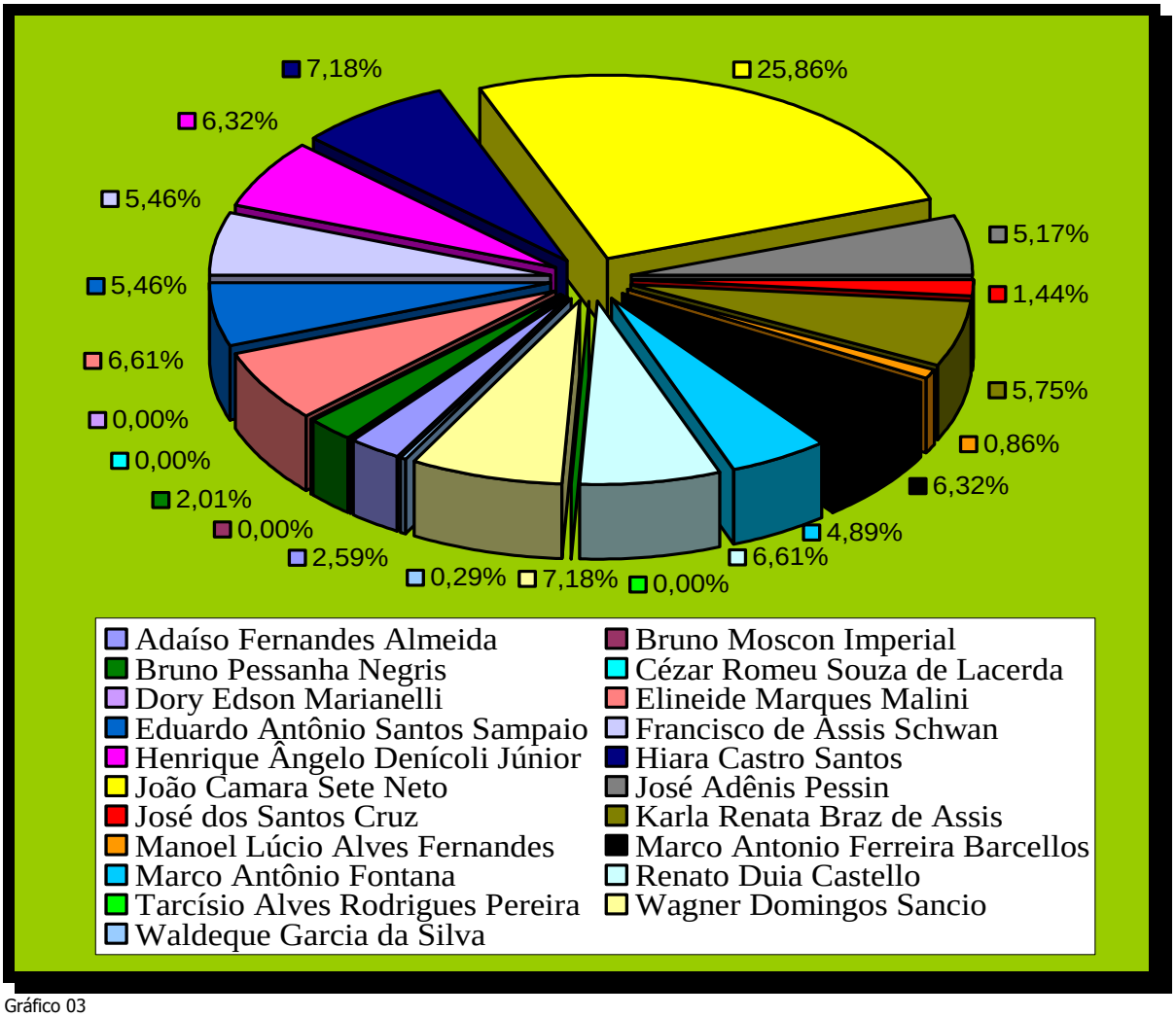


Gráfico 03

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.22 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Procurador do Estado	N.º de Sessões	Recursos Distribuídos
Adriano Frisso Rabelo	33	173
Douglas Gianordoli Santos Júnior[1]	02	17
Francisco Augusto Teixeira de Carvalho[2]	31	93
Rodrigo Rabelo Vieira[3]	03	02
TOTAL	**69**	**285**

Obs:
1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

3.23 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

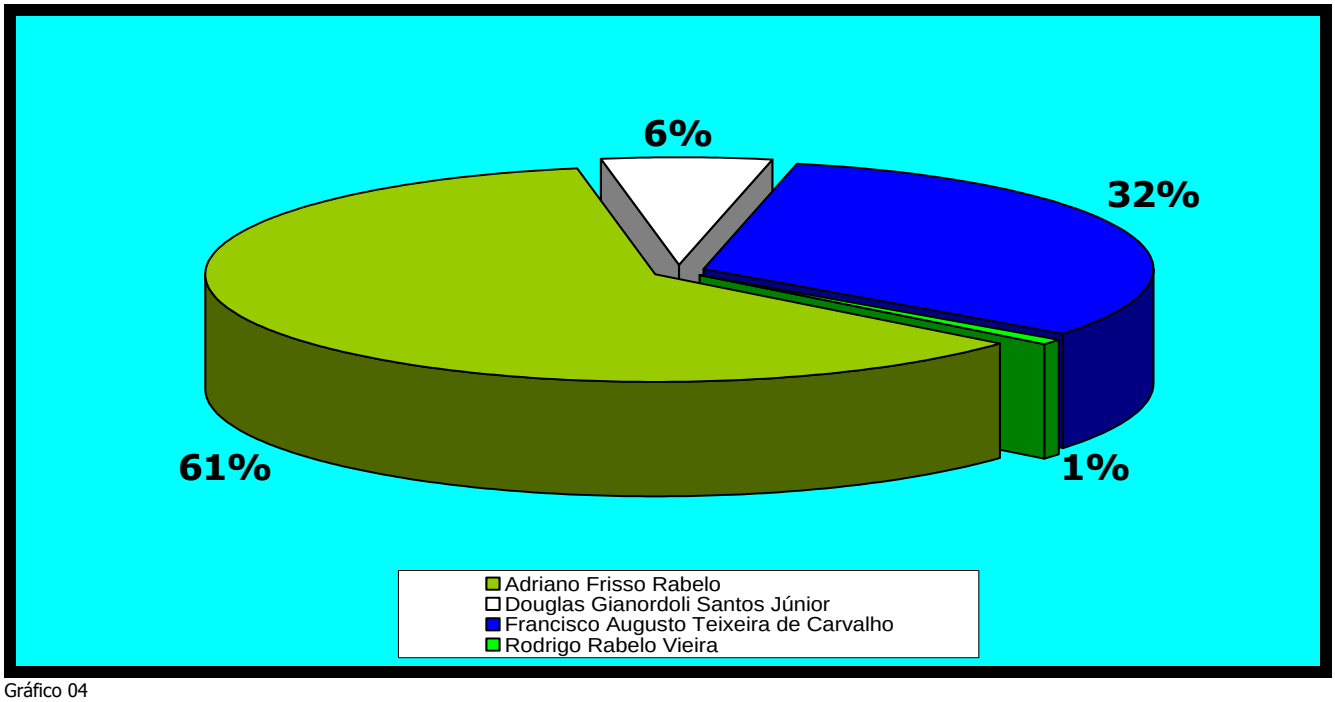


Gráfico 04

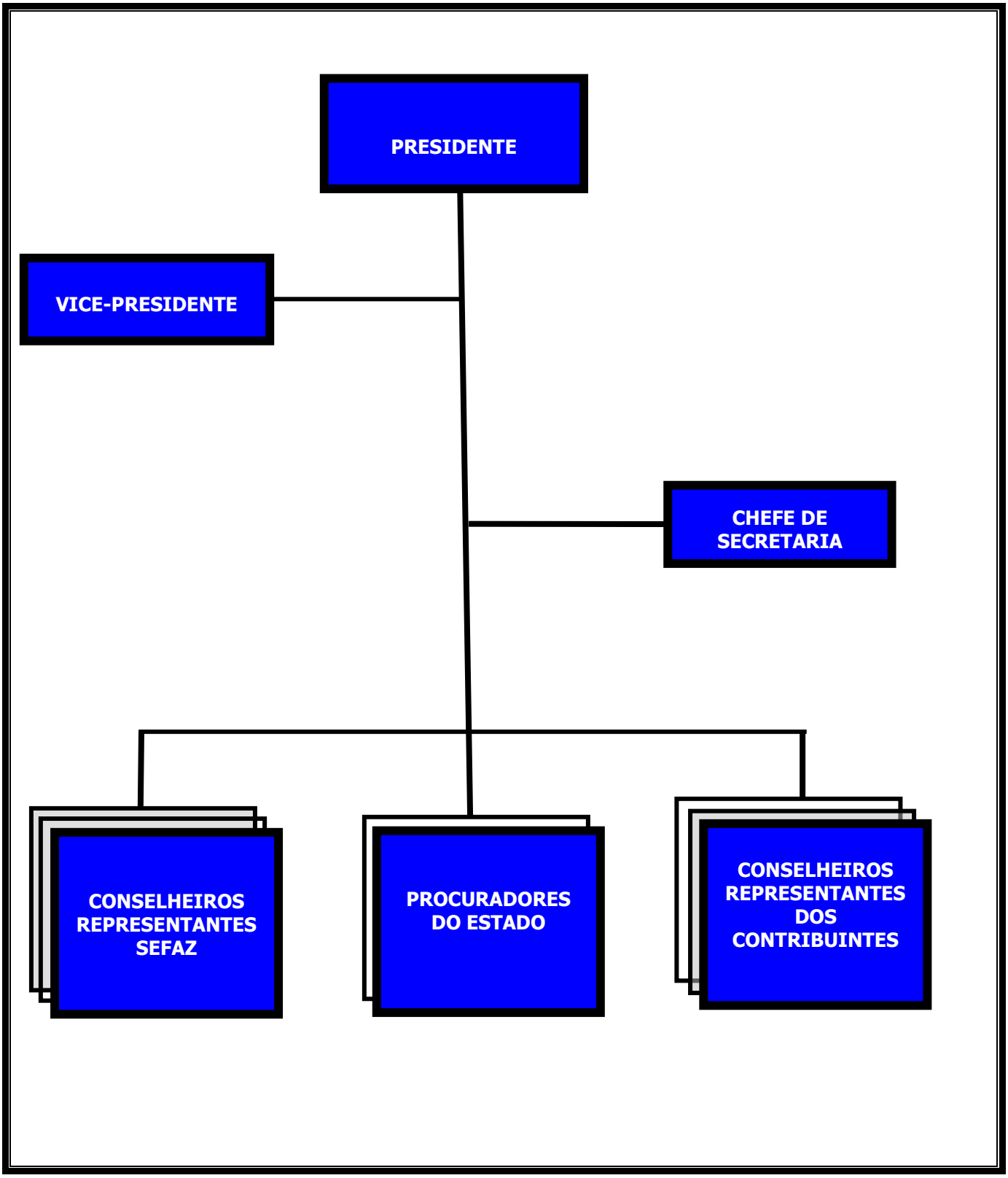
Obs:
1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos. Incluem-se da mesma forma, na apreciação deste exercício, recursos constantes como pendentes em 31/12/2007, apontados no Demonstrativo 3.2;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

Notas:
[1] Incluído pela Instrução de Serviço N.° CERF – 002, de 25/11/2008, em substituição ao Dr. Francisco Augusto Teixeira de Carvalho;
[2] Excluído pela Portaria N.° CERF – 002, de 25/11/2008;
[3] Atuou em 03 sessões, concomitantemente com o procurador Francisco Augusto Teixeira de Carvalho, em virtude do titular declarar-se impedido por motivo de foro íntimo, nos termos previstos no Regimento Interno.

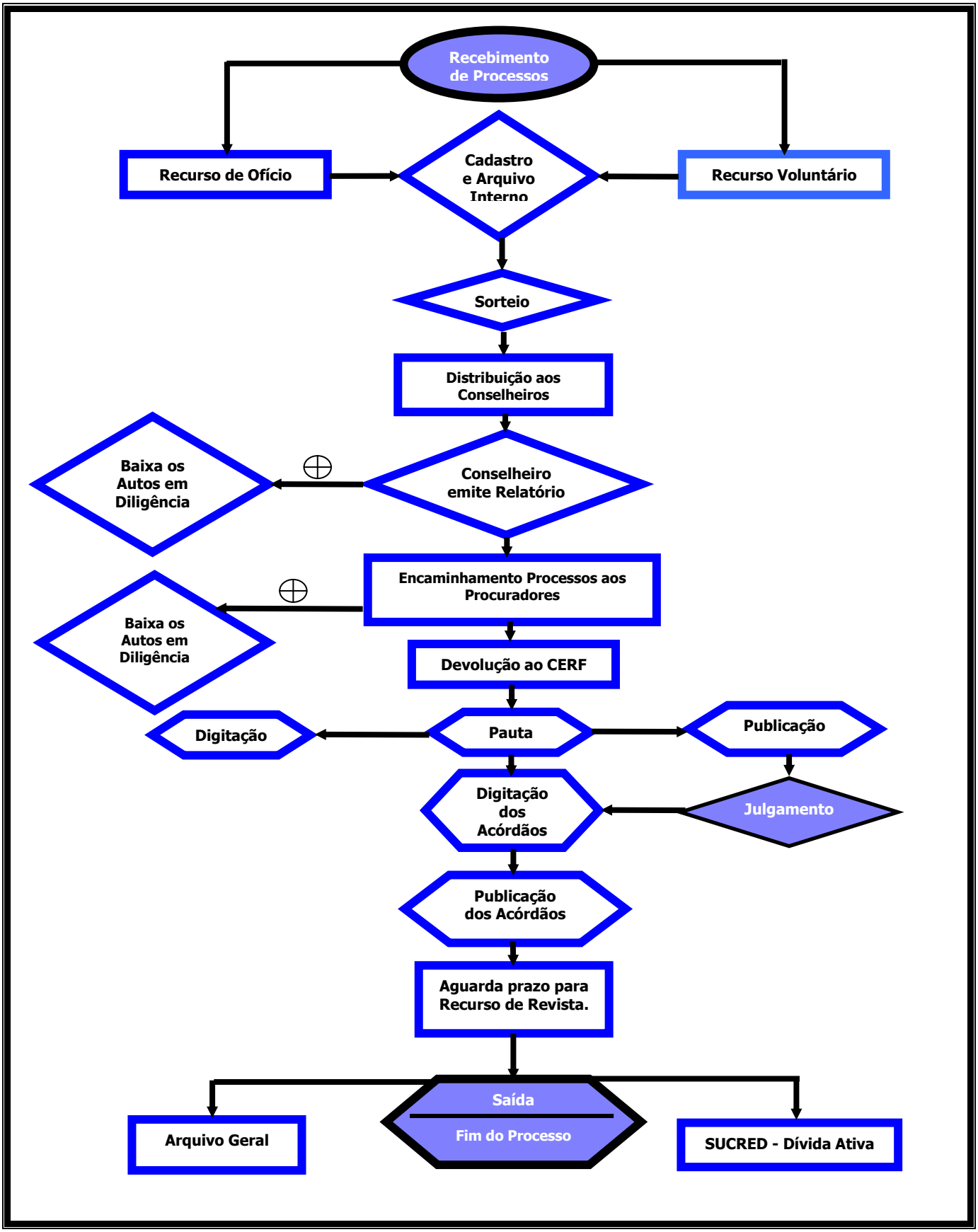
4. ANEXOS

4.1 ORGANOGRAMA DO CERF

(Conforme Regimento Interno, aprovado pelo Decreto N.° 1.353-R de 13/07/2004)
- Com as alterações produzidas pelo Decreto N.° 1.606-R, de 28.12.2005 -



4.2 FLUXOGRAMA DO CERF



4.3 MISSÃO E ATRIBUIÇÕES DO CERF

- MISSÃO -

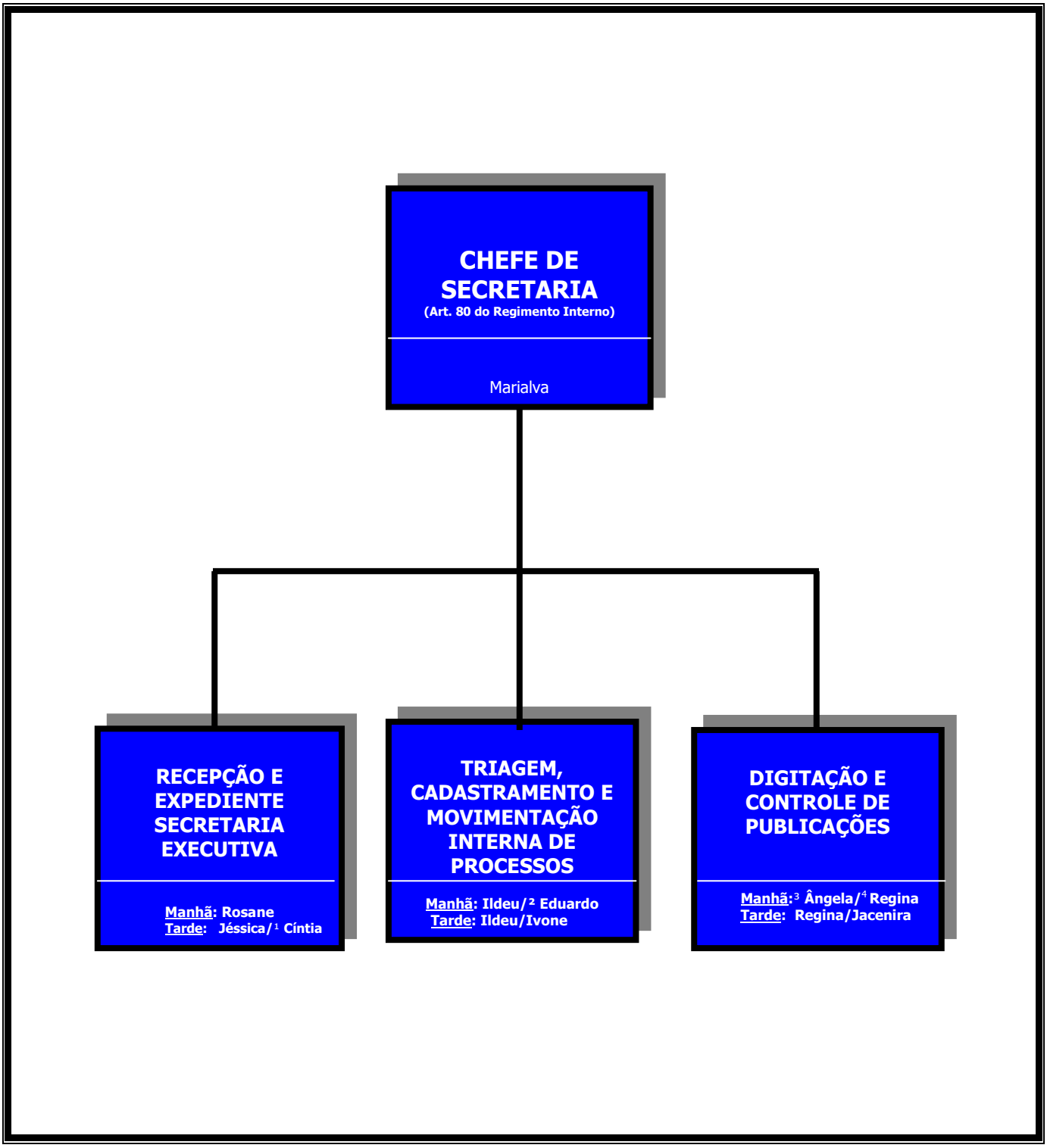
- **Julgar em última instância administrativa recursos das decisões sobre lançamento de tributos e penalidades por infração à legislação tributária.**

-ATRIBUIÇÕES DO CERF-

(Conforme Regimento Interno, aprovado pelo Decreto N.° 1.353-R de 13/07/2004)
- Com as alterações produzidas pelo Decreto N.° 1.606-R, de 28.12.2005 -

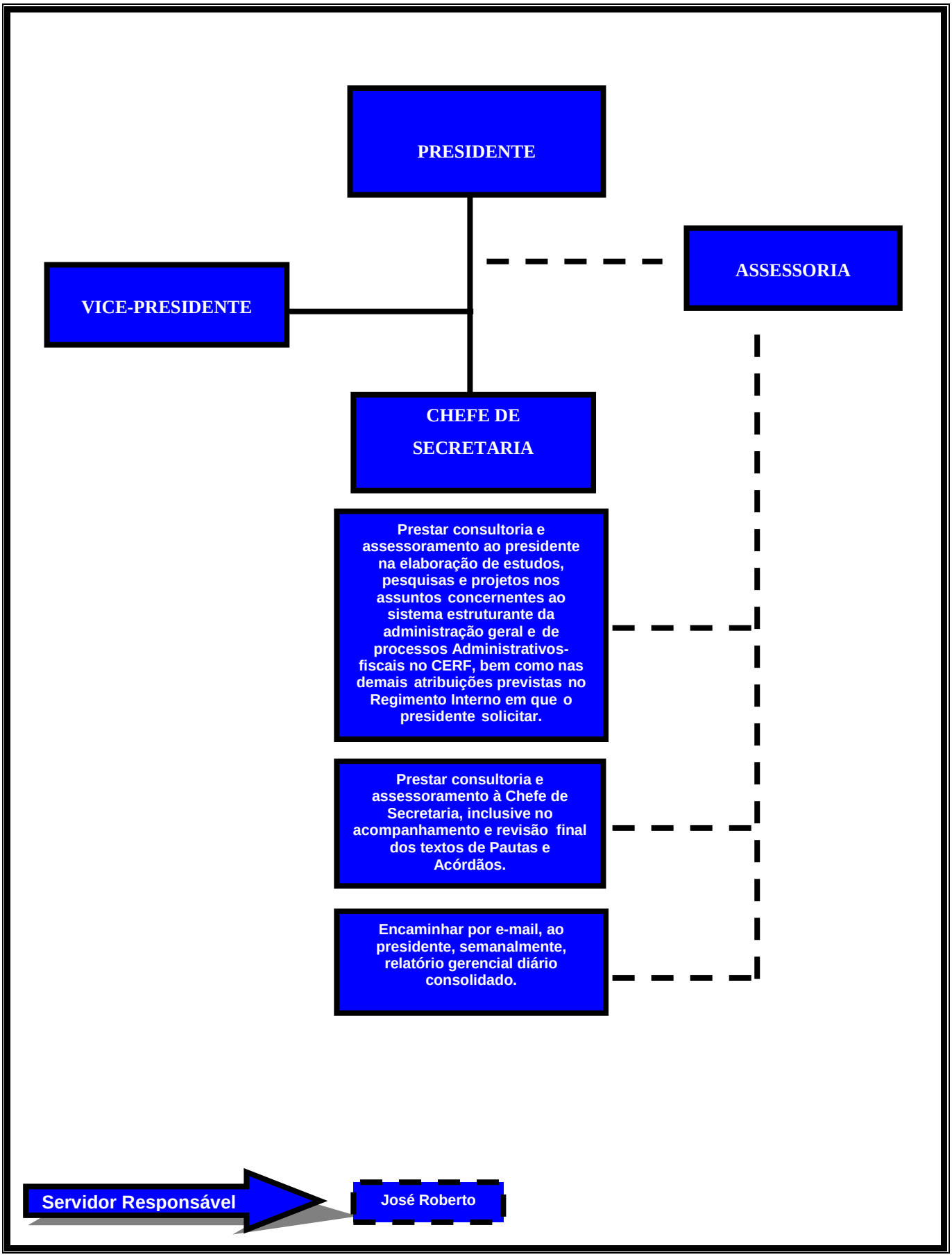
- Julgar em última instância administrativa recursos das decisões sobre lançamento de tributos e penalidades por infração à legislação tributária;
- Julgar da perempção dos recursos;
- Elaborar o seu Regimento Interno, "ad referendum" do Secretário de Estado da Fazenda, que o submeterá ao Governador do Estado;
- Dirimir dúvidas quanto à interpretação do seu Regimento;
- Sugerir ao Secretário de Estado da Fazenda projetos de lei e de regulamento ou quaisquer medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação e da justiça administrativa fiscal ou à conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Pública;
- Aprovar súmulas.

4.4 ORGANOGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CERF



Notas:
[1] Rescindiu contrato em 31/05/2008;
[2] Iniciou as atividades em 01/06/2008;
[3] Aposentou-se em 31/03/2008;
[4] Iniciou as atividades em 29/07/2008.

4.5 ASSESSORIA



ASSESSOR IA